

"ONDE É QUE TUDO DEU ERRADO?"¹: A DISTOPIA COMO INTERLOCUTORA DAS FRATURAS HISTORIOGRÁFICAS A PARTIR DO SÉCULO XX

"WHERE DID IT ALL GO WRONG?": DYSTOPIA AS A INTERLOCUTOR OF HISTORIOGRAPHIC FRACTURES FROM THE 20TH CENTURY

Daniela Moura Rocha de Souza²

Resumo:

O processo de renovação da história ao longo do século XX, responde à crise do *utopismo* moderno, construído entre os séculos XVIII e XIX, que sob o prisma de uma ciência positiva, metódica e historicista, construiu o pilar da cientificidade histórica, cujo alicerce passa a ser questionado a partir da emergência de vertentes pós-modernas, na qual emerge no campo do discurso, a difusão de uma história desconstruída, interpretativa/inventada, e um policentrismo epistemológico que coloca em xeque o pacto de verdade, questionando assim, a própria dimensão científica da história. Diante desse cenário, é legítimo tomarmos o termo *distopia*, como um recurso analítico de compreensão tanto dos contextos contemporâneos (do século XX e XXI), quanto da própria produção historiográfica. Imperativo considerar que tanto a utopia quanto a distopia, encontraram terreno fértil tanto na ficção, quanto na política, e seu conceito tem sido utilizado por alguns historiadores contemporâneos, como uma forma de entender a sociedade, por meio do

triângulo utopia, distopia e caos, relacionando-o com a crítica ao imperialismo capitalista e suas

consequências devastadoras. Entender os processos históricos a luz dos conceitos utopia/distopia, não reduzindo-as como dimensões estritamente opostas e sim, na complexa convivência de ambas, traz para além dos desafios, interessantes possibilidades. Este texto, discorre acerca de como a interpretação distópica da história abalaria, tanto o mito fundador do passado, quanto o mito de fundação científica da história na modernidade. A partir desse entendimento, buscamos, compreender o percurso historiográfico diante dessa crise, como também a crise dos modelos utópicos que sustentaram o discurso das sociedades modernas, refletidas também pela literatura distópica a partir do século XX.

Palavras-chave: Distopia/Utopia. Deslugar. História científica. Modernidade/Pós-modernidade.

¹Gregory Claeys (2010).

² Docente da UNEB, campus VI - Caetitê. Pós-doutora em Memória: Linguagem e Sociedade (UESB). Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2016), na área de Filosofia e História da Educação, bolsista da Capes. Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (2009). E-mail: profadanymoura@gmail.com.

Abstract:

The process of renewal of history throughout the 20th century responds to the crisis of modern utopianism, built between the 18th and 19th centuries, which under the prism of a positive, methodical and historicist science, built the pillar of historical scientificity, whose foundation passes to be questioned from the emergence of postmodern strands, in which emerges in the field of discourse, the diffusion of a deconstructed, interpretive/invented history, and an epistemological polycentrism that calls into question the pact of truth, thus questioning the very scientific dimension of history. In view of this scenario, it is legitimate to use the term dystopia as an analytical resource for understanding both contemporary contexts (from the 20th and 21st century) and the historiographical production itself. It is imperative to consider that both utopia and dystopia have found fertile ground both in fiction and in politics, and its concept has

been used by some contemporary historians as a way of understanding society, through the triangle utopia, dystopia and chaos, relating it to the critique of capitalist imperialism and its devastating consequences. Understanding the historical processes in the light of the utopia/dystopia concepts, not reducing them as strictly opposite dimensions, but in the complex coexistence of both, brings, beyond the challenges, interesting possibilities. This text discusses how the dystopian interpretation of history would shake both the founding myth of the past and the myth of the scientific foundation of history in modernity. From this understanding, we seek to understand the historiographical path in the face of this crisis, as well as the crisis of the utopian models that supported the discourse of modern societies, also reflected by dystopian literature from the 20th century onwards.

Keywords: Dystopia/Utopia. Unplug. Scientific history. Modernity/Postmodernit.

As primeiras décadas do século XX, já anunciam um contexto denominado por Hobsbawm (1995) como *Era das catástrofes*, marcado por tensões e barbáries, provenientes do advento das guerras mundiais; crise do capitalismo e da democracia liberal; ascensão dos fascismos e nazismo europeus e do socialismo soviético. Nesse contexto, as generalizadas tensões políticas e sociais são uma fonte de inspiração para diversos movimentos culturais, artísticos e literários, que ganham maior destaque a partir da década de 1920.

A expansão imperialista e capitalista, além de proporcionarem a ampliação de mercados e abertura de novos negócios relacionados ao tempo livre e lazer, inauguraram um novo *modus* social - urbano, industrial e moderno. Com isso, diversos tipos de entretenimento (teatros, circos, atrações esportivas, parques de diversão, turismo, cinema, literatura, música e outras formas de prazer e busca de aventuras), foram adaptados aos novos interesses do sujeito urbano, que entusiasmado com a ideia de expansão e dominação para além das fronteiras europeias, construiu um

sonho de aventuras e fantasias em terras distantes, colonizando o imaginário a fim de superar uma vida cotidiana relativamente pacata, ordenada e disciplinada, traduzida pela psicanálise freudiana como *mal-estar da civilização* (DECCA, 2000, p.164).

E como a literatura, pode traduzir esse contexto? Para alguns literatos, a exemplo de Bernardini (2021)³, a diferença entre a chamada “verdadeira literatura” e a “falsa literatura”, reside no ato de “espelhar”, ou não, espectros da realidade, que segundo a autora podem apresentar narrativas tão realistas quanto a própria história. Assim, os personagens seriam representações das mais variadas sensações, ideias, expressões, linguagens e pensamentos, de pessoas reais que experienciaram a vida em suas múltiplas manifestações cotidianas em determinados tempos e espaços.

Dessa forma, assim como outras manifestações de arte, a literatura entendida como interlocutora/intérprete da conjuntura histórica, a partir dos seus mais diversos movimentos/escolas, traduziu as experiências extraídas dos impactos imperialistas no começo do século XX, tendo no romance de aventura, a oportunidade de compreender a personalidade dos indivíduos que viveram essa transformação, apresentando, ainda que em uma narrativa ficcional, os elementos constitutivos das políticas expansionistas, adicionando perspectivas triunfalistas ou pessimistas, que angariaram milhões de leitores interessados nas discussões. É esse novo sujeito aventureiro que projetou seus anseios nas sagas de *Indiana Jones* e *Lawrence da Arábia*, personagens típicos do imperialismo dos finais do século XIX e começo do XX.

Do mesmo modo, obras como *Mogli⁴*, *o menino lobo*, e *Coração das trevas⁵* que narram aventuras do homem moderno frente às selvas (naturais ou metafóricas), contrapondo civilização e barbárie, expõem o sonho de uma vida mais dinâmica, cheia de peripécias e de encontros inusitados, difundido pelo imperialismo europeu, como um mundo novo e sem fronteiras, que ora exalta a supremacia, o progresso e desenvolvimento tecnológico europeu e ora questiona.

A ficção científica, é outro gênero literário que desde o século XIX, apresentou projeções utópicas de uma modernidade exacerbada e *ultra tecnológica*. No decorrer

³ Profa. Dra. Aurora Fornoni Benardini em palestra proferida no evento, Dostoievski: 200 anos. 14 de dezembro de 2021, organizada pela FFLCH/USP.

⁴ Adaptação de o Livro da Selva de autoria de Rudyard Kipling, publicada em 1894.

⁵ Romance de aventura escrito por Joseph Conrad, em 1902.

do século XX, foi uma importante interlocutora das transformações sociais decorrentes das guerras mundiais, por meio da construção de um subgênero, que utiliza uma narrativa *distópica*, tendo sua gênese na publicação do romance *Nós*⁶, e se concentra nos elementos negativos que emergem, sobretudo, em realidades tensas e/ou caóticas.

Em linguagem comum, o termo distopia, funciona como oposto de utopia, o lugar ruim versus o que seria o ideal de lugar bom ou melhor, definição que Claeys (2017), Sargent (2010) e Gordin et al (2010), consideram reducionista, uma vez que a existência de uma não anula necessariamente a outra. Em sentido histórico, o termo foi utilizado pela primeira vez em 1868, num discurso parlamentar proferido por Greg Webber e John Stuart Mill, como uma crítica à um mundo utópico ou idealizado. No entanto, a tentativa de criação de um termo que contemplasse uma dimensão “não-utópica”, segundo Claeys (2017) é anterior, embora não tenha sido amplamente utilizado, a ideia já teria aparecido no séc. XVIII, como *cacotopia para* designar um lugar maligno.

Distopia, segundo Claeys (2017), é um lugar doente, ruim ou defeituoso. O termo deriva de duas palavras gregas: *δυσ* (*dys/dis* - doente) e *τόπος* (*topos*- lugar). Para o autor, a natureza da narrativa distópica está intimamente associada ao caos, em dissertar sobre os escombros de civilizações que foram colapsadas pela falência das utopias da modernidade que associavam progresso técnico à civilização e felicidade. A decadência de tais valores e ideologias, preconizou o fenômeno moderno do pessimismo secular, que diante das explosões violentas que permeiam as relações humanas contemporâneas, vislumbram no futuro a autodestruição da humanidade.

Os principais temas abordados, pela narrativa distópica, aludem à crítica dos pilares de cientificidade, progresso e desenvolvimento industrial e tecnológico, que juntas constituem a utopia moderna. Seus usos mais comuns, então referem-se à política (controle e vigilância presentes em Estados liberais, autoritários e/ou totalitários); questões ambientais (efeitos da intervenção e destruição dos recursos

⁶ Romance publicado em 1924, pelo escritor russo Ievguêni Zamiátin.

naturais); e tecnologia (controle dos corpos, do tempo social e tecnologia com potencial poder de destruição).

Considerando a distopia como um conceito intrinsecamente relacionado à contextos de crise e reavaliação dos alicerces de determinados cenários e sociedades, podemos mobilizá-lo a fim de compreender as crises que perpassaram os diversos movimentos historiográficos durante o século XX, que buscando reinventar-se se depararam com a crise da própria base estrutural de construção de uma cientificidade histórica erguida sob os pilares da modernidade oitocentista e que tem sido amplamente questionada por diversos defensores da renovação historiográfica. Chegando ao século XXI, com a introdução de uma dimensão *pós-moderna* que introduz um discurso de negação da própria cientificidade histórica, adotada por historiadores como Keith Jenkins (2004).

Entre desafios e possibilidades, a historiografia atual tem se debruçado em uma série de avalanches, com a emergência de várias tendências epistemológicas de adequação ao mundo conectado e digital, acentuando cada vez mais uma tensão entre a manutenção de uma história científica e sua desconstrução, culminando em profunda crise identitária.

A História como utopia moderna

A ascensão europeia proveniente da sua expansão imperialista por todas as partes do planeta, criou um sistema global de trocas (culturais, econômicas e sociais), a partir do século XIX, que coincide, com a consolidação da história enquanto área científica do conhecimento.

Nas ciências sociais e humanas, a antropologia, por exemplo, emergiu como uma ciência em um contexto onde o imperialismo científico trouxe o contato com outros povos (na chamada partilha da África), e expansionismo em países asiáticos, chamando atenção para a questão da alteridade, onde a antiga contraposição entre civilizados e bárbaros, legitimou no campo da cientificidade, tanto teorias que culminavam na tentativa de entender esse outro enquanto um ser diferente, quanto às que culminaram na inferiorização do outro (teorias eugenistas, racistas,

antisemitas), ou seja, nem sempre essas discussões operaram sob um aspecto positivo. No âmbito da literatura e movimentos artísticos, essa realidade também foi apresentada, ora legitimando discursos estereotipados e estigmatizados, ora como resistência e crítica ao progresso e imperialismo científico e moderno.

Importante reiterar que a história enquanto área disciplinar, também esteve diretamente ligada à essas dimensões, e não podemos esquecer que como prática de pesquisa, ato de investigação, gênero literário ou forma de registro de processos e acontecimentos (BARROS, 2011) a história em si é milenar. No entanto, como dimensão científica e teórica, remonta a segunda metade do século XVIII e começo do século XIX, com a construção das escolas historiográficas historicistas, positivistas e metódicas que contribuíram para a construção de uma história com abrangência mundial essencialmente eurocêntrica.

Esse “novo historiador”, cientista, ao herdar a crítica documental dos filólogos; a noção de tempo linear dos teólogos (adaptando-a para o futuro), a preocupação com a verdade dos juristas, e a reflexão profunda sobre as coisas e erudição dos filósofos da história, consolida-se enquanto especialista da história, tendo como objetivo analisar tudo (ou quase tudo) o que se refere ao mundo humano sob a perspectiva do tempo, a partir das evidências que pudesse extrair dos diversos tipos de fontes documentais (BARROS, 2011), refundando-se a partir de rupturas e permanências e atuando diretamente na construção de uma história que legitimasse o Estado- Nação na qual o historiador estava vinculado.

Como produto do contexto (capitalista, imperialista e/ou nacionalista) e herdeira do movimento iluminista setecentista, com grande otimismo pelo progresso, industrialização, modernização e racionalidade científica, a história acadêmica do século XIX, ergueu-se com

- a) a emergência da figura do historiador profissional,
- b) pretensão de cientificidade para o conhecimento histórico
- c) construção de uma comunidade científica de historiadores
- d) disciplinarização da história (universidade)
- e) edificação de um método e sistema de regras específicas para a produção do saber histórico (matriz curricular)

f) emergência de Escolas histórias e criação de revistas especializadas

Esse modelo de *historiografia científica*, ao construir a figura do historiador profissional e a disciplinarização da história enquanto ciência, operacionalizada nas universidades, passa por um processo de renovação, no começo do século XX, ao deparar-se de um lado com o conflito de tentar responder às crises e críticas sofridas, diante da permanência de um *modus operandi* teórico-metodológico construído nos finais do séc. XVIII e que não responderia mais às necessidades contemporâneas, e de outro a adequação de sua finalidade, no contexto do século XX.

Esse *utopismo* (SARGENT, 2010), presente na base dos paradigmas científicos e nacionalistas do século XIX, que na história vem com a pretensão de reescrever/revisar os fatos por meio da análise metodológica, permitiu classificar e periodicizar os períodos históricos anteriores, elegendo os marcos de legitimação e ascensão europeia, por meio daqueles que seriam os centros difusores do conhecimento científico (Alemanha, França, Inglaterra), construindo um eurocentrismo, ancorado em teorias raciais e eugenistas de inferiorização do outro e levando a exaltação do *projeto civilizador* europeu como padrão de modernidade a ser projetado em nível global, exportando conceitos, ciências, artes e ideologias, que adquiriram o ápice no começo do século XX. E em seguida, gradativamente implodiram diante de sucessivas crises advindas das grande tensões como consequência do processo expansionista/imperialista (guerras mundiais, genocídios em massa, frustrações ideológicas etc.), culminando no questionamento dos pilares dessa mesma modernidade que construiu os instrumentos de sua dominação a partir do discurso de bem-estar social, progresso, felicidade e liberdade, com respaldo na racionalidade e verdades científicas, entrando em colapso quando estas mesmas concepções de ciência, foram colocadas em "xeque".

Na tentativa de atender essas demandas, historiadores franceses como Marc Bloch e Lucien Febvre, em 1929, fundaram uma revista que ficou conhecida como *Annales*, defendendo a substituição da narrativa histórica tradicional pela história-problema, ampliação da interdisciplinaridade, defesa por uma história total e um maior diálogo com a geografia e sociologia (BURKE, 1991).

Esse movimento *annalista* vai propor um processo de renovação da história, respondendo às críticas que a história científica vinha atravessando, principalmente pela escola sociológica *durkheimiana* que defendia a sociologia enquanto única ciência verdadeiramente social, e que a história deveria ser sua auxiliar.

Com os impactos provenientes da Segunda Grande Guerra (incluindo os horrores da chamada guerra total – extermínio de grupos étnicos e minorias em massa); redefinição da geopolítica mundial (Guerra Fria) e dos processos de independência afro-asiáticos, e suas conexões e tensões com os demais continentes, toda essa conjuntura culmina na chamada “crise dos pilares da modernidade”, o que causou uma série de impactos, como: hostilidade aos nacionalismos (bandeira até então levantada entre os séculos XVIII e XIX); desconfiança em relação ao industrialismo; aversão às ideologias liberal (a partir da crise da propaganda do modo de vida americano) e socialista, esta última, sobretudo, com a exposição do terror stalinista a partir de relatórios divulgados pelo líder soviético Nikita Kruchev, sucessor de Stalin (NAPOLITANO, 2020).

Após esses desdobramentos contextuais, a história científica francesa, passa por uma nova fase de renovação pela denominada segunda geração dos Annales (1946-1968), inserindo a ampliação dos conceitos temporais (estrutura, conjuntura e evento), e um apreço maior com a história quantitativa e demográfica, dando ênfase as áreas da geografia e economia (BURKE, 1991).

Já no contexto da Guerra Fria, onde para além das disputas entre o bloco soviético e o capitalista, o processo de emancipação das colônias afro-asiáticas em relação aos domínios europeus, bem como a intervenção estadunidense na América Latina, a fim de frear as aproximações com o chamado movimento dos não alinhados (China e países afro-asiáticos que após o processo de independência lutaram em prol da construção de um bloco economicamente autônomo dos EUA, Europa e URSS), e também do bloco soviético que influenciava por meio dos partidos comunistas, e movimentos de esquerda, culminaram em constantes tensões e crises, onde do ponto de vista da história acadêmica, novas críticas compareciam, defendendo mais uma renovação que estivesse em consonância com as demandas do contexto, e com os estudos realizados pela antropologia, levando a emergência da cultura enquanto tema

central de debate e necessidade de ampliação de fontes, objetos e focos dentro do campo da história (HOBSBAWM, 1995), chegando em mais um movimento de renovação.

A distopia encontra a história

A ciência moderna, que teve grande impulso pós Galileu, Descartes e Newton, construiu a partir do século XVII a ideia de que os acontecimentos reais poderiam ser explicáveis e previsíveis por meio de um raciocínio bem estruturado e análise matemática. Assim, os primeiros estudos científicos concentravam-se em experimentos do dia a dia, e a realidade física era o experimento da realidade, onde tempo e espaço seguiria um ordenamento absoluto e imutável (concepção newtoniana), cuja âncora para esse entendimento seria a física clássica (GREENE, 2010).

Ao final do século XIX, os avanços da industrialização e da “ciência”, com as forças elétricas e magnéticas, construíram a ideia de que os segredos do universo não poderiam resistir ao poder intelectual humano, e que os grandes princípios gerais norteadores da vida estavam para serem todos revelados. Essa verdade construída, no entanto, sofreu grandes abalos, já no começo do século XX, quando Albert Einstein, após concluir as suas relatividades (especial e geral), reescreveu as leis da física, derrubando o conceito newtoniano de realidade (consenso até então pela física clássica), definindo-a como relativística, na qual tempo e espaço longe de serem estruturas rígidas e imutáveis, conforme se acreditava, seriam interligados e relativos.

Essa constatação levou a um grande choque na ciência experimental, seguido pela revolução da mecânica quântica, que na década de 1930, construiu sua teoria defendendo que o presente estaria imerso em uma previsão de probabilidades e que a depender do estado em que se encontre estaria em algum momento do futuro ou do passado, ou seja, o universo não estaria gravado no presente e sim transitando entre essas três dimensões de forma simultânea e com isso a realidade não seria da forma como se apresenta (GREENE, 2010).

Estas duas teorias da física, impactaram profundamente as ciências experimentais, balançando as estruturas da racionalidade científica que foi cimentada a partir de ideais iluministas, ao colocar em “xeque”, os próprios princípios científicistas, principalmente no que corresponde a questão da verdade.

Com impactos gradativos nas demais dimensões da vida, apesar dessa turbulência no campo das ciências experimentais, e também do grande tensionamento mundial que culminou nas grandes guerras, conforme esclarece Berardi (2019), o sentimento utopista pelo progresso e modernização, ancorados pela racionalidade científica, atravessou o século XX,

Apesar das tragédias, das guerras e dos inúmeros massacres, o sentimento que imperava no novecentos era de fé na realização final da razão. Tomando muitas formas – justiça social, afirmação nacional, democracia liberal, perfeição tecnológica, o horizonte parecia brilhante, mesmo que o caminho até o futuro fosse pavimentado com sofrimento, miséria, dificuldades e luto inimagináveis (BERARDI, 2019, p.7).

Entretanto, de acordo com o próprio Berardi (2019), a partir dos finais dos anos sessenta, algo se quebrou na esfera psicossocial e o sentimento que passou a expandir-se foi de insatisfação, melancolia e uma rejeição a modernidade, já considerada como esgotada, emergindo assim movimentos de contracultura, e outros intitulados pós-modernos como reativos a essa realidade.

Importante considerar que no âmbito literário alguns romances de ficção científica (como *Frankenstein* e o *Último homem* de Mary Shelley) nos finais do século XIX, e a literatura distópica (desde o começo do século XX a partir de *Nós*), já vinham anunciando cenários catastróficos, apocalípticos e pessimistas em relação a tríade: humanidade, ciência e modernização.

Já no campo da história, mais um movimento de renovação buscou adequar às novas demandas da realidade e ao processo de construção historiográfico. Fruto das instabilidades científicas (provenientes da crise da verdade nas ciências experimentais), somado ao contexto dos impactos pós-guerras, Guerra Fria, processos

de independência afro-asiáticos (trazendo novos protagonistas para a história, novas realidades, novas fontes, novas leituras e interpretações de fatos), a partir dos anos de 1970 e 1980, eclodiram vários movimentos historiográficos com a pretensão de rever a história construída até então, aproximando sua interdisciplinaridade principalmente com a antropologia e linguística, cujos principais expoentes foram a História Cultural francesa (Terceira geração dos *Annales*), a Micro história italiana, e a Nova História Cultural estadunidense (HUNT, 1992; BURKE, 2005).

A ênfase dada ao policentrismo metodológico, como proposta de renovação historiográfica, e ampliação do diálogo interdisciplinar com linguagens correlatas ao campo da cultura (música, cinema, fotografia, literatura, memória etc.), trouxeram o entendimento de que a história poderia se valer da representação (CHARTIER, 1988) imaginário, sensibilidades (PESAVENTO, 2012), com essa perspectiva, o elemento de ficção estaria presente entre a escritura da história, e o objeto da narrativa, inclusive por meio da evocação da memória.

Ao questionar o “pacto de verdade”, estabelecido por uma cientificidade oitocentista, a história cultural, ao defender que o historiador seria um narrador que buscaria na sua retórica reconstruir o passado para estabelecer a verdade histórica, por meio da seleção de fontes, estabelece, assim, a compreensão de que o saber de sua narrativa é objeto de múltiplas interpretações e versões, onde a verdade deve comparecer no trabalho de construção da escrita da história, mesmo tendo a consciência de que esta não se enquadra em uma verdade absoluta, e sim, em uma interpretação dos fatos a partir dos registros analisados, passíveis de outras reinterpretações (PESAVENTO, 2012).

Convém lembrar que uma série de debates e discussões acadêmicas, vem ocorrendo desde os anos de 1970, em torno dessa relação conflitiva entre narrativa histórica e narrativa literária. Se para a história cultural, a relação entre história e literatura se resolve no plano epistemológico, mediante aproximações e distanciamentos, entendendo-se como diferentes formas de percepção de mundo, onde a ficção na história seria controlada pelas fontes e procedimentos teórico-metodológicos, a fim de, atingir uma meta de maior proximidade possível com o passado analisado, outras vertentes que aproximam a história do discurso, com

influência *foucaultiana*, caminham para uma desconstrução da história científica, sintonizando história e literatura como sendo projetos de uma mesma ficção, elaborados com finalidades distintas.

Em consonância com uma perspectiva “pós-moderna”, o entendimento da história como discurso, pretende estabelecer uma crítica de negação ao modelo de cientificidade moderno, questionando a ideia de continuidade, evolução e progresso, como também de uma história globalizante. Foucault (2003) defende uma história descontínua, construída entre rupturas e descontinuidades, onde o historiador renuncia a totalidade da história e a crença de que seja possível chegar até um acontecimento verdadeiro.

Esses debates, estão inseridos dentro de um contexto no qual a crise no modelo de racionalidade científica e perda de confiança epistemológica, são características de uma abordagem que Santos (1987), denominou de paradigma pós-moderno ou emergente, nos finais dos anos de 1980 e que vem crescendo desde os anos 2000, marcadas pelo movimento de fragmentação de sujeito, de classe, de sexualidade/gênero, etnia/raça, nacionalidades, paisagens culturais, construindo o discurso de identidades distintas.

A distopia como o *deslugar* da história

Ao entender que o processo de renovação da história ao longo do século XX, sobretudo, a partir dos finais dos anos de 1960, responde à crises estruturais, visto que a história científica foi erigida sobre as bases do *utopismo* moderno, e cuja verdade dos fatos poderia ser encontrada na meticulosa análise documental, sob o prisma de uma ciência positiva, é legítimo tomarmos o termo distopia, como um recurso analítico de compreensão tanto dos contextos contemporâneos (do século XX e XXI), quanto da própria produção historiográfica.

Os eventos históricos do século XX, em seus *tempos fraturados*, termo adotado por Hobsbawm (2013) para se referir aos movimentos culturais que eclodiram diante da crise do século XX, e desdobraram-se também na proliferação da literatura distópica, absorvendo o contexto e o projetando à um “não-futuro”. Do mesmo modo,

a história atravessa o século XX incorporando as demandas sociais que surgiam para explicar os diferentes sujeitos e perspectivas de cada conflito, com o objetivo de auto renovação e autoperpetuação, que culminam na perda de sua “silhueta” científica frente à outras ciências.

Bentivoglio (2019) e Gordin *et al* (2010), mobilizam o conceito de distopia para o campo da história, a fim de caracterizá-lo enquanto um *deslugar*, ou seja, defendem a existência de uma história distópica que teria emergido após a crise dos pilares do paradigma da modernidade, inserida na esteira do discurso “pós-moderno”, principalmente a partir dos anos de 1990. Assim, a partir de uma relação dual e complexa entre tempo e espaço, a história distópica estaria em permanente deslocamento, vivida e apreendida pelos indivíduos, na problematização do passado, presente e futuro. A distopia enquanto *deslugar* para a história, não estaria localizada em nenhuma dessas temporalidades e sim ao alcance dos historiadores por meio das fontes/construção de vários discursos sobre o passado a partir das realidades do mundo do leitor.

A história aprisionada em *status*, métodos e teorias do século XIX, na contramão das demandas construídas ao longo do século XX, traz narrativas engessadas e um grande desgaste epistemológico, que recentemente tem sido repensados diante das novas configurações, incluindo a emergência de uma história pública e digital, que tem convidado o campo da história a repensar sobre as fragilidades do seu estatuto científico, tais como noção de verdade, acessibilidade física, direta e indireta, por meio das fontes e narrativas históricas.

Bentivoglio (2019), ao levantar essas fragilidades, destaca o entendimento de no mínimo quatro passados que estão sendo reivindicados por algumas perspectivas de renovação históricas: o *passado em si* (antes do agora vivido), um *passado para os contemporâneos* (diferentes discursos entre aqueles que nele habitaram), um *passado para homens e mulheres do futuro e do presente* (múltiplas representações, narrativas e discursos) e o *passado produzido pelos historiadores* (a partir de um leque metodológico e teórico).

Para o referido autor, o desenvolvimento de técnicas de pesquisa na história acadêmica, disciplinou o passado, em narrativas não neutras (apesar da pretensão de

objetividade de algumas escolas históricas), reduzindo-o a contextos e lugares, fixando categorias absolutizadas nas classificações e periodizações de acordo com seus interesses contemporâneos e assim construindo utopias históricas (passados almejados e lugares desejados), como também distopias históricas (*deslugares* preocupantes, incertos e indesejados), onde o passado não vivido é acessado por meio de representações e narrativas construídas e reconstruídas por historiadores, a partir dessas reflexões.

Bentivoglio (2019), defende que a historiografia construiu suas *ficções científicas* na história da modernidade, acreditando na capacidade epistemológica da história de produzir narrativas capazes de dar vida ao passado, de localizá-lo em documentos e fixá-lo em uma narrativa objetiva e verdadeira (mito do realismo histórico). Ocorre que esses passados fixados têm sido constantemente eliminados, revisados e reescritos em novas histórias, culminando tanto em movimentos revisionistas quanto em negacionistas.

Ao propor como desafio à historiografia do século XXI, o historiador estadunidense Georg Iggers (2010), ao analisar os movimentos revisionistas e relativistas que emergiram a partir da Segunda Grande Guerra, identifica na emergência do dito *paradigma pós-moderno*, poético-linguístico, pré-crítico e meta-histórico (nas assertivas de Hayden White, 1992), a crise do *referente passado* para a história, assim, para entender o passado como um *deslugar* seria preciso valer de múltiplas narrativas e não de uma narrativa única ou unificadora (pluralismos e ceticismo epistemológico) para alcançar novas dimensões que o mundo digital tem imposto cada vez mais em uma sociedade global e interconectada (RPG's, quadrinhos, seriados, cinema, jogos, bancos e plataformas digitais, emergindo como novas narrativas e fontes de história).

A partir da ideia de *deslugar* apresentado pelos autores acima referenciados, adotamos esse conceito, transpondo e realocando para a identificação da distopia histórica como sendo a tradução da própria crise experienciada pela historiografia, desde o começo do século XX, onde cada movimento de renovação da história foi uma tentativa de sanar essa crise, aprofundada nos finais do referido século.

Imperativo considerar que tanto a utopia quanto a distopia encontraram terreno fértil tanto na ficção quanto na política, para Gordin *et al* (2010), apesar de suas relevâncias nos campos literários e cinematográficos, principalmente o viés distópico que tem crescido vertiginosamente nas últimas décadas, as distopias assemelham-se às sociedades reais, planejadas ou não planejadas (toda utopia traz consigo uma distopia, seja no *status quo* ou na prática) e com isso seu conceito tem sido utilizado por alguns historiadores de várias matrizes epistemológicas, como uma forma de entender a sociedade contemporânea, por meio do triângulo utopia, distopia e caos, relacionando-o com a crítica ao imperialismo capitalista e suas consequências devastadoras.

Adotar os termos utopia e distopia, ainda segundo Gordin *et al* (2010), como categorias acadêmicas que podem valer-se como recurso para a análise do presente, passado e futuro históricos, implica em considerá-los, como práticas onde historicamente sujeitos reinterpretem seu presente com vistas no futuro plausível, onde a atenção histórica não pode ser unilateral, e precisa ultrapassar usos convencionais, na qual ambos os conceitos são carregados de âncoras conceituais que as fixam em coordenadas espaço-temporais específicas (na ilha *Utopos* de More, na Terra da Cocanha, na Idade de Ouro de Hesíodo, no Jardim do Éden etc.), restringindo assim a forma como podem ser utilizados enquanto recurso analítico por parte de historiadores, por exemplo.

Na defesa de que estes conceitos precisam ser revitalizados não como objeto de estudo, e sim, como categorias analíticas historicamente fundamentadas, com as quais indivíduos e grupos ao redor do mundo interpretam seu tempo presente com um olho no futuro (GORDIN *et al*, 2010) é que historiadores como Michael Gordin, Helen Tilley, Gyan Prakash, Frederick Jameson, Luise White, Dipesh Chakrabarty, dentre outros, tem se esforçado para inseri-las como categorias de análise da investigação histórica, na qual as utopias não devem ser restritas ao lugar imaginado, em algum momento do futuro, e na sua degenerescência distópica, e sim como variantes de pensamento e ação para explorar análises de espaços específicos de um tempo e de lugar, sua cultura, ambiente e as consequências de suas realidades.

Como exemplo, das reflexões acima, podemos tomar o processo de implantação e desenvolvimento das indústrias como bandeira utópica moderna, prometendo bem-estar, e novas configurações sociais relacionadas a conforto e lazer, e que na prática tem gerado sua distopia em parte da população relegada a situações de extrema exploração (físico-mental), cansaço, miséria e realidades diversas predatórias. Ao longo da história, muitas bandeiras foram levantadas sob os auspícios de uma utopia gloriosa, e no seu transcurso caíram em abismos de caos, culminando em extermínios, perseguições, genocídios, exploração, escravização, miséria, dentre outras. Entender os processos históricos a luz dos conceitos utopia/distopia, não reduzindo-as como dimensões estritamente opostas e sim, na complexa convivência de ambas, traz para além dos desafios, interessantes possibilidades.

A interpretação distópica da história abalaria, enfim, tanto o mito fundador do passado, quanto o mito de fundação científica da história na modernidade. A partir desse entendimento, buscamos em nossas introdutórias análises, entender o percurso historiográfico diante dessa crise, como também a crise dos modelos utópicos que sustentaram o discurso das sociedades modernas, refletidas também pela literatura distópica a partir do século XX.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D´Assunção. **Teoria da História: Os primeiros paradigmas – positivismo e historicismo.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2011. Volume II.

BENTIVOGLIO, Julio. **História & Distopia: a imaginação histórica no alvorecer do séc. XXI.** 2. ed. Vitória: Milfontes, 2019.

BERARDI, Franco. **Depois do futuro.** São Paulo: UBU, 2019. Coleção Exit.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **A Escola dos Annales.** São Paulo: UNESP, 1991.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**; entre práticas e representações. 2. ed. s/l: Difel, 1988.

CLAEYS, Gregory. **Dystopia**: a natural history. University Oxford, 2017.

CONRAD, Joseph. **Coração das trevas**. Rio de Janeiro: Antofágica, 2019.

DECCA, Edgar de. O colonialismo como a glória do império. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al (Org.). **O século XX- tempo das certezas**: da formação do capitalismo à Primeira grande Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GORDIN, Michael et al. **Utopia/ dystopia**: conditions of historical possibility. New Jersey: Princeton University Press, 2010.

GREENE, Brian. **O tecido do cosmo**: o espaço, o tempo e a textura da realidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **Tempos fraturados**: cultura e sociedade no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. **A era dos Extremos**: o breve século XX 1914-1991. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNT, LYNN. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IGGERS, Georg. Desafios do século XXI à historiografia. História da historiografia, Ouro Preto, n.04, 2010.

JENKINS, Keith. A história repensada. São Paulo: Contexto, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. **História Contemporânea 2**: do entreguerras à nova ordem mundial. São Paulo: Contexto, 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 3 ed. São Paulo: Autêntica, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre às ciências**. 7 ed. Lisboa: Edições Afrontamento, 1987.

SARGENT, Lyman Tower. **Utopianism**: a very short introduction. University Oxford, 2010.

ZÁMIATIN, Ievgueni. Nós. São Paulo: Aleph, 2017.

WHITE, Hayden. Meta-história: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Edusp, 1992.